

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deve elevar tributo de bancos para custear renúncia fiscal pelo Refis do Simples 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes avisa: "Vai explodir tudo", se houver reajustes - CLAUDIA SAFATLE 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CSLL maior pode bancar 'Refis do Simples' 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estado de SP envia SMS a devedores do ITCMD e quer arrecadar R\$ 30 milhões 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A regulação de criptoativos (Artigo) 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores ampliam greve; INSS pode ter gratificação 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Governo muda data de pagamento do INSS de MEIs e domésticas; veja como ficará (Previdência) 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Suspeitas de superfaturamento 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Promessa a policiais dispara onda de mobilizações de outras categorias 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro bloqueia R\$ 1,7 bi de emendas de relator 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste aos servidores têm barreira quase 'intradisponível' 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo recua sobre novo corte de IPI e avalia tributar mais bancos 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crise é política, não da globalização 18

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro troca ministros e defende ditadura militar 19

Sexta-Feira, 1 de Abril de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Troca de ministros vira exaltação a golpe de 1964 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Desemprego recua, mas a renda desaba, aponta IBGE 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Gasolina aumenta 7% em março e vai a R\$ 7,32 na média nacional 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Biden ordena liberação inédita de estoques de petróleo 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Com inflação de 121%, cenoura é o novo tomate 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Veja dicas para economizar na compra de remédios 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A indignidade da fome (Editorial) 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Proporção de endividados chega a 77,5% em março 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guedes prevê alta do PIB e menos inflação que nos EUA 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Leite vai a Brasília e planeja estrutura em São Paulo 34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Moro filia-se ao União Brasil e provoca divisão 35

Governo deve elevar tributo de bancos para custear renúncia fiscal pelo Refis do Simples

Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve elevar a tributação sobre os bancos para compensar a renúncia de receitas decorrente do programa de renegociação de dívidas de MEIs (microempreendedores individuais) e pequenas empresas do Simples Nacional.

A CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos bancos está hoje em 20%, mas deve subir para um patamar entre 21% e 23%, segundo uma fonte do governo ouvida pela Folha.

A elevação deve ser implementada por meio de MP (medida provisória). Embora esse instrumento tenha vigência imediata, a elevação do tributo precisa obedecer o princípio da noventena -por isso, as novas alíquotas só valeriam a partir de 90 dias.

A lei que cria o Relp (Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional), como ficou conhecido o Refis focado nos pequenos negócios, chegou a ser vetada pelo presidente em dezembro de 2021 justamente pela ausência de medidas de compensação, mas o Congresso Nacional derrubou o veto no mês de março.

Bolsonaro era contra vetar a medida, mas atendeu ao Ministério da Economia e à AGU (Advocacia-Geral da União), que apontaram risco de violação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de dispositivos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da Constituição.

A **Receita Federal** calcula uma renúncia próxima dos R\$500 milhões neste ano, devido aos descontos previstos na negociação. A LRF exige que esse valor seja compensado com medidas para elevar as receitas na mesma proporção.

O governo estima que até R\$50 bilhões em débitos possam ser negociados no Refis do Simples.

No fim do ano, a previsão era de uma renúncia próxima dos R\$ 600 milhões em 2022, mas o valor caiu, porque o impasse sobre o veto atrasou a vigência da medida. Com isso, a renúncia se dará em um número menor de meses.

O aumento na CSLL dos bancos tem figurado de

forma frequente no cardápio de medidas do governo para compensar cortes tributários em outras áreas.

Em março do ano passado, por exemplo, Bolsonaro chegou a elevar a CSLL sobre as instituições financeiras de 20% para 25%. Na época, a medida compensou a decisão de zerar **tributos** federais sobre diesel e gás de cozinha e valeu até 31 de dezembro de 2021.

Depois, o governo cogitou elevá-la novamente para 25% para compensar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia -lei sancionada por Bolsonaro no último dia do ano de 2021. Mas a prorrogação da medida entrou em vigor sem compensação, e a situação está em análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

O Refis permite às empresas inscritas no Simples e aos MEIs parcelar suas dívidas em até 180 meses (15 anos). O Relp determina parcelas mínimas de R\$300 a quem aderir, com exceção dos MEIs, que poderão pagar, no mínimo, R\$ 50 por mês.

As micro e pequenas empresas pagariam uma entrada de 1% a 12,5% do valor da dívida, conforme o grau de perda de receitas durante a crise provocada pela pandemia de Covid-19.

Além disso, elas teriam descontos entre 65% e 90% nos juros e multas e de 75% a 100% nos encargos e honorários advocatícios.

Como o veto integral foi derrubado pelo Congresso, até mesmo empresas que tiveram ganhos de faturamento na pandemia poderão aderir à renegociação.

A regulamentação do programa deve ser anunciada pelo governo nesta sexta-feira (1º).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>

Guedes avisa: "Vai explodir tudo", se houver reajustes - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

CSLL maior pode bancar 'Refis do Simples'

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Estado de SP envia SMS a devedores do ITCMD e quer arrecadar R\$ 30 milhões

Cristiane Gercina

A Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo começará a enviar, na próxima terça-feira (5), torpedos e emails cobrando contribuintes que sejam devedores do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos). O objetivo é arrecadar R\$ 30 milhões com a medida.

A cobrança será feita após operação que tem como base o cruzamento de dados da **Receita Federal** para identificar contribuintes que declaram no Imposto de Renda ter recebido doações, mas não pagaram ITCMD sobre a operação ao fisco paulista. A cobrança se refere à declaração do IR entregue em 2018, ano-base 2017.

O ITCMD é um imposto cobrado sobre a doação de bens e direitos. Ele é pago por quem recebe a doação, não pelo doador, e corresponde a 4% sobre o valor do bem ou direito doado que ultrapassar o limite de isenção. Não está obrigado a pagar imposto quem doar bens e direitos de até 2.500 Ufesp (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), o que dá R\$ 62.675 no ano de 2017. Segundo Leonardo José Balthar de Souza, supervisor do ITCMD, estão na mira não apenas os contribuintes que deixaram de declarar doação e pagar o imposto ao fisco paulista, mas também os que declararam doações de valor menor à Fazenda estadual e valor maior no Imposto de Renda.

Batizada de Operação Donatio 17, a campanha de arrecadação está sendo feita pela Dicar (Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida). A cobrança ocorre desde 2011, mas, neste ano, a novidade é o envio de SMS para os devedores.

Souza afirma que não é preciso o contribuinte se deslocar até um posto da Fazenda estadual para fazer o pagamento do imposto. Toda a cobrança é online. Por SMS ou email, o cidadão receberá um link, onde haverá as instruções para a declaração e o pagamento do tributo.

O prazo para a quitação dos valores é de até 30 dias. É possível parcelar a dívida em até 12 vezes, sem juros nem multa. No entanto, quem deixar de pagar poderá ter encargos, que vão desde juros mínimos de 1% ao mês e máximos com base na Selic (taxa básica

de juros da economia) até multa que pode fazer com que o contribuinte pague o dobro do valor que está devendo.

Serão contatados 10.844 contribuintes que informaram na declaração do IR à **Receita Federal** ter recebido doações e não as declararam ao fisco paulista. Ao todo, essas doações somam cerca de R\$ 4,3 bilhões. Serão, ainda, contatados outros 1.290 contribuintes que declararam o recebimento de doações à Receita, mas declararam e recolheram o ITCMD por valores menores, somando R\$ 200 milhões.

"Doações são tributadas. Se colocar [na declaração] que está recebendo, é preciso verificar se o valor não está acima do limite de isenção. Dependendo do ano, regularize o quanto antes a situação com o fisco estadual", afirma Souza.

A orientação da Fazenda é para que o contribuinte verifique a declaração de Imposto de Renda de 2018, ano-base 2017 e, caso tenha, efetivamente, declarado o recebimento de doações, confirme o valor informado e se está passível de pagar ITCMD.

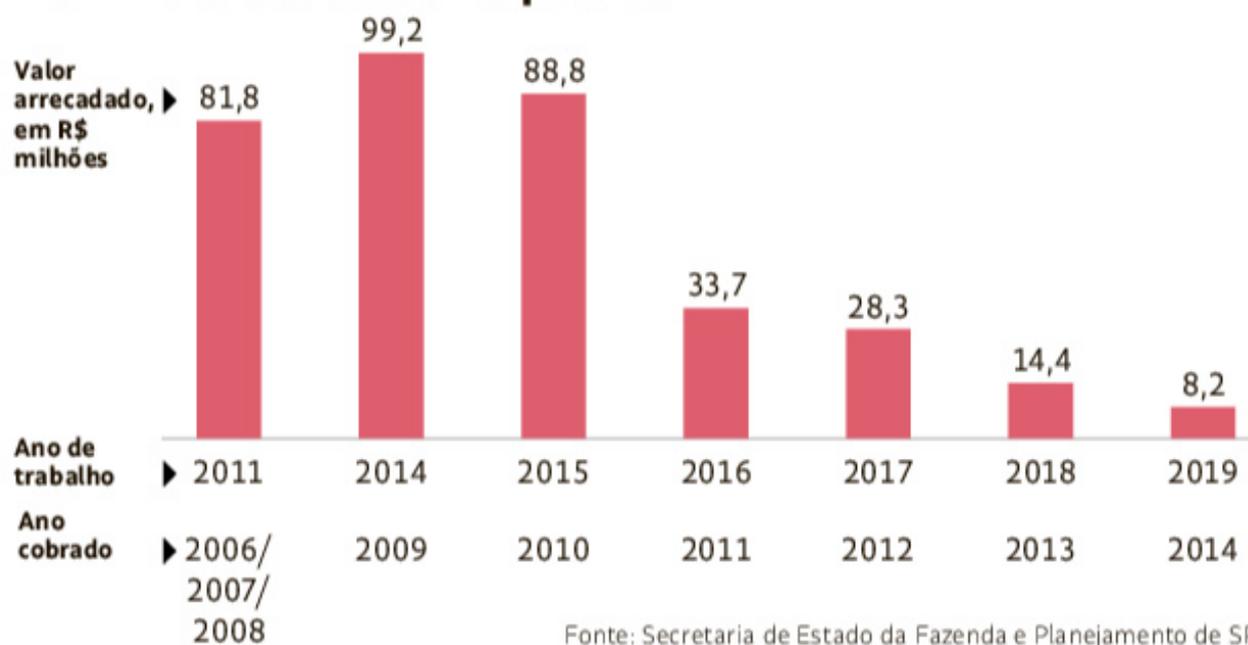
"É preciso ver se a declaração que ele mandou para a Receita, a princípio, está correta. Se estiver, deverá pagar o imposto. Se o erro foi na hora de informar o valor no IR, dizendo que foi doação, mas foi renda, será preciso retificar na Receita", diz Souza.

Na declaração do Imposto de Renda, as doações recebidas vão na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", na linha "14 - Transferências patrimoniais doações e heranças", e não pagam IR.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>

ITCMD revertido aos cofres públicos



A regulação de criptoativos (Artigo)

Armando Castelar Pinheiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Servidores ampliam greve; INSS pode ter gratificação



Diversas categorias do funcionalismo público aguardam para hoje uma resposta do governo federal sobre a reposição salarial de 19,99%, decorrente de perdas inflacionárias.

O governo estuda formas de atender aos servidores de forma linear.

Uma proposta em avaliação é conceder um ajuste linear de 5% para os integrantes do Executivo, mas as categorias rejeitam a ideia.

Além disso, seria necessário realizar uma nova revisão orçamentária, adicionando R\$ 5 bilhões lista de despesas com pessoal.

O coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), Sergio Ronaldo, afirma que a categoria desconsidera a proposta de reajuste linear. "Estamos reivindicando 19,99%. Se fosse pensar nessa possibilidade, seria apenas um quarto do que estamos solicitando", disse.

"Precisamos de uma resposta oficial para nos debruçarmos sobre ela e ver quais vão ser os próximos passos daqui em diante", comentou. Para ele, falta vontade política do governo para resolver o impasse desde a aprovação do Orçamento Geral da União no final de 2021.

Existe, na Esplanada, um debate sobre a data limite para a concessão de reajuste ao funcionalismo em ano eleitoral. Uma corrente entende que o limite seria 2 de abril, prazo estabelecido pela legislação eleitoral, ou junho, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A primeira norma proíbe aumento salarial seis meses antes da eleição. A segunda veda a criação de despesa até seis meses antes do fim do mandato.

Novas paralisações

De acordo com o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, o governo federal tem até 180 dias do término do mandato atual, ou seja, até 4 de julho, para conceder reajustes salariais ao funcionalismo, de duas maneiras: "A primeira forma é a recomposição inflacionária do ano em curso, limitada à **inflação** acumulada no momento da concessão - se isso ocorrer ao final de junho, estaríamos falando de uns 5%", estimou.

"A segunda forma é a reestruturação de tabelas salariais.

Assim, está claro que o funcionalismo federal ainda tem três meses pela frente para pressionar por reajustes", explicou Marques.

Em assembleia realizada ontem, os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) decidiram paralisar as atividades na próxima quarta-feira e iniciar uma operação padrão. A paralisação deve impactar a entrega de relatórios de auditorias. A deliberação teve o apoio de 95% dos participantes.

Os servidores da CGU integram a mesma carreira dos servidores do Tesouro Nacional - que já decidiram cruzar os braços nesta sexta-feira (1º/4) e na próxima terça.

Gratificação no **INSS**

O novo ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, evitou comentar sobre a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), mas adiantou que pretende publicar, em breve, uma medida provisória para conceder uma gratificação média de R\$ 50 por processo analisado a fim de reduzir a fila de aposentadorias e pensões, que não para de crescer e atualmente está com 1,6 milhão de pessoas, de acordo com dados do ex-presidente do **INSS**.

"Na verdade isso está no forno", disse Oliveira ontem, após a cerimônia de posse. Segundo o ex-presidente do **INSS**, a ideia é conceder a gratificação para acelerar o processo. O órgão recebe, diariamente, 500

mil processos por mês, e, como o estoque não é baixo, os funcionários conseguem avaliar algo entre 510 mil e 570 mil.

"Com a gratificação pode acelerar (a avaliação dos processos)", disse ele, reforçando que o valor desse incentivo será em torno de R\$ 50 por processo analisado.

De acordo com o ministro, a gratificação é uma forma de conceder um "incremento" salarial para os servidores do órgão.

Governo muda data de pagamento do INSS de MEIs e domésticas; veja como ficará (Previdência)

Cristiane Gercina

Uma medida provisória publicada no Diário Oficial da última segunda-feira (28) altera a data de pagamento da contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) dos empregados domésticos.

A nova regra vale para o empregador, que é responsável por recolher os **impostos**, para MEIs (microempreendedores individuais) e segurados especiais da Previdência.

Segundo o artigo 2º da medida provisória 1.110, o empregador doméstico deverá arrecadar e recolher a contribuição do seu funcionário até o dia 20 de cada mês. Pela regra vigente, o pagamento dos **impostos** referentes ao trabalhador doméstico é feito até o dia 7 de cada mês, pelo eSocial.

A regra de recolhimento atual permite ao empregador pagar depois os **tributos**, caso o dia 7 de mês caia em sábado, domingo ou feriados bancários. Não está esclarecido na MP se a norma será mantida ou se passará a vigorar, também no caso das domésticas, o que vale para os empregadores em geral no país: caso o dia 20 caia em sábado, domingo ou feriado, o pagamento é antecipado.

Segundo a **Receita Federal**, no entanto, a nova regra ainda não está valendo e o empregador doméstico deve manter o calendário habitual de pagamentos, recolhendo o imposto até o dia 7 do mês seguinte à competência que está sendo paga.

"A publicação das medidas provisórias 1.107/2022 e 1.110/2022 não alterou de imediato o vencimento dos DAE [documento de arrecadação do eSocial] gerados pelo eSocial para os empregadores domésticos, segurados especiais e microempreendedores Individuais, que continuam com vencimento até o dia 07 do mês seguinte ao da competência", diz nota do órgão.

De acordo com o fisco, os sistemas estão sendo atualizados para permitir a implantação do FGTS Digital, que tem como objetivo simplificar os pagamentos. "Esse sistema ainda está em

desenvolvimento e a data de entrada em produção não foi divulgada. Os sistemas da Caixa também deverão passar por ajustes para tratar a remuneração das contas dos trabalhadores, que também foi alterada pelas MPs", di a nota.

O empregador doméstico precisa pagar as contribuições da empregada, incluindo **INSS** e a reserva do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em dia, casos contrário, os valores terão incidência de encargos. No caso do FGTS, a contribuição não recolhida até a data de vencimento é corrigida e tem incidência de multa.

Atualmente, o empregador doméstico paga, em um único documento, os seguintes encargos:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/governo-muda-data-de-pagamento-do-inss-de-meis-e-domesticas-veja-como-ficara.shtml>

Suspeitas de superfaturamento



Darcianne Diogo

Servidores da Secretaria de Saúde (SES-DF) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) foram alvos de duas operações da Polícia Civil (PCDF) com apoio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), do Ministério Público do DF e Territórios. Os investigadores apuram supostas fraudes em contratos para manutenção de veículos da autarquia e do órgão, além do pagamento de vantagens indevidas a funcionários públicos. Em maio de 2021, no âmbito da primeira fase da Operação Recall, policiais civis da Delegacia de Repressão à Corrupção apuraram irregularidades nas contratações de serviços de reparo para carros do Detran-DF, as quais teriam começado em 2018. À época, quatro pessoas ficaram presas temporariamente. Nesta segunda etapa, os investigadores descobriram o envolvimento de mais oficinas mecânicas e de outros servidores da autarquia. As fraudes ocorriam por meio do registro de cotações de preços acima do praticado no mercado e com a cobrança por peças não trocadas, além de serviços não realizados.

Perícias da Polícia Civil constataram, ainda, que peças pagas não foram trocadas, apesar de incluídas nos orçamentos, e que algumas apresentavam avançado estado de desgaste, o que colocava em risco, inclusive, os **servidores públicos**.

Em nota, o Detran-DF informou que os dirigentes atuais adotaram a revisão de todas as despesas como primeira medida ao assumirem a direção do órgão, em março de 2020. "Ao se deparar com valores exorbitantes no contrato de manutenção veicular, a direção-geral demandou as autoridades competentes para que apurassem possíveis irregularidades praticadas nas gestões anteriores. Além disso, fez a imediata substituição da chefia da unidade (responsável pelos contratos), que se tratava de cargo comissionado sem vínculo com o departamento", afirma o texto.

Abertura

As supostas fraudes e as suspeitas de pagamento de vantagens indevidas não se restringiram ao Detran-DF, segundo as investigações, e teriam ocorrido na Secretaria de Saúde também, o que levou à Operação Check-Up. Servidores da área de manutenção veicular da pasta estão entre os alvos dos 20 mandados de busca e apreensão cumpridos pela PCDF, ontem, em várias cidades do Distrito Federal e na sede do órgão.

Há indícios de que funcionários da SES-DF tenham cometido crimes como associação criminosa, estelionato e corrupção. Ontem, em coletiva da secretaria (leia abaixo), o chefe da pasta, Manoel Pafiadache comentou o caso. "A secretaria não faz contratação para manutenção de viaturas, mas (estamos) extremamente abertos para qualquer tipo de investigação da polícia. Sempre que ocorre isso, não é agradável; porém, para o gestor isso é importante, porque verificaremos se há alguma coisa errada", declarou.

Colaborou Pablo Giovanni*

Promessa a policiais dispara onda de mobilizações de outras categorias

**THAÍS BARCELLOS ANTONIO TEMÓTEO EDUARDO
RODRIGUES BRASÍLIA**

A obstinação do presidente Jair Bolsonaro em conceder reajustes para policiais federais em ano eleitoral disparou a maior mobilização de servidores dos dez últimos anos. Indignadas com a preferência de Bolsonaro por uma categoria que lhe é favorável no jogo das urnas e com salários congelados há pelo menos três anos em meio à **inflação** nas alturas, diversas carreiras da elite do funcionalismo têm paralisado as atividades, com impactos em serviços e divulgações importantes.

Até agora, não há uma unificação do movimento, como ocorreu na última grande greve, em 2012.

No Orçamento, há R\$ 1,7 bilhão para aumentos salariais, inicialmente colocados para atender aos pleitos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Nesta semana, o movimento de servidores de outras categorias, iniciado na virada do ano, esquentou, com o anúncio de greve no Banco Central e paralisações no Tesouro Nacional, além de manifestações do Fórum de Entidades dos Servidores Federais (Fonasefe) e no Fórum de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).

Com remuneração anual entre R\$ 380,38 mil (auditores da Receita) e R\$ 341,1 mil (analista do BC) e salário médio entre R\$ 26,2 mil e R\$ 29,3 mil, essa elite do funcionalismo puxou a fila da articulação política de mobilização depois que o presidente acenou com aumento só para categorias policiais.

A mobilização ganha força em um momento em que a concessão do reajuste entra em uma fase mais arriscada para o governo federal. A lei eleitoral proíbe, seis meses antes do pleito, a "revisão geral da remuneração dos **servidores públicos** que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição".

Mas uma ala do governo entende que aumentos pontuais acima da **inflação** poderiam ser dados até julho, seis meses antes do fim do mandato presidencial, com base em acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme antecipou o Estadão/ Broadcast, o governo estuda ainda conceder um reajuste de 5% para todas as categorias do funcionalismo, abaixo da **inflação**, segundo técnicos da equipe econômica. Porém, líderes sindicais sinalizaram que o percentual seria insuficiente.

SEM UNIFICAÇÃO.

O presidente da Fonacate, Rudinei Marques, que representa a elite do funcionalismo, afirmou que vários fatores impedem uma greve unificada de diversas categorias como a de 2012. Segundo ele, muitos servidores ainda têm medo de se contaminar com a covid-19 ou estão envolvidos no combate à doença. Entre eles, estão os funcionários da saúde. Além disso, as pautas não estão unificadas.

"Um exemplo disso é a Receita, que não quer chamar a campanha de mobilização salarial.

Dizem que querem apenas acertar as pendências de 2016 sobre o bônus que não foi regulado. Cada categoria quer uma coisa diferente", disse.

Mas Marques afirmou que uma greve geral ganharia força se o governo antecipasse o envio ao Congresso de uma proposta para reajustar apenas os salários das carreiras policiais.

Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a greve deve respeitar o princípio da continuidade dos serviços públicos.

Para garantir a legalidade, o movimento deverá manter um número mínimo de servidores em exercício e o funcionamento de serviços inadiáveis, em acordo com a administração do órgão.

Elite à frente

Aquecimento O anúncio de greve no Banco Central e de paralisações no Tesouro Nacional esquentou o movimento iniciado na virada do ano, o primeiro no governo Bolsonaro

Banco Central Nos corredores do BC, a mobilização já é comparada às greves de 2005 e 2007, que duraram cerca de 50 dias, e muitos consideram que a entrega de cargos nunca foi tão forte. Segundo o Sindicato

Nacional de Funcionários do BC, metade dos mil comissionados já abandonou o posto. Os servidores aprovaram greve por período indeterminado a partir de hoje, com pedido de reestruturação de carreira e de recomposição de 26,3%. A categoria avisou que, se o governo conceder aumento só para os policiais, haverá risco de interrupção do Pix.

Tesouro Nacional Já os servidores do Tesouro decidiram parar hoje e na terça, quando devem votar a possibilidade de greve por tempo indeterminado. Reivindicam 19,9% para repor perdas desde 2019. A última grande mobilização da categoria ocorreu em 2016, no governo Temer, quando 95 dos 123 gerentes entregaram seus cargos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro bloqueia R\$ 1,7 bi de emendas de relator

MANOEL VENTURA manoel.ventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reajuste aos servidores têm barreira quase 'intradisponível'

Marta Watanabe e Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Governo recua sobre novo corte de IPI e avalia tributar mais bancos

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro recuou e deve manter por mais 30 dias o corte de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O aumento do corte para 33% estava pronto para ser formalizado ontem, mas por razões políticas o presidente não assinou o novo decreto, que beneficiaria a Zona Franca de Manaus.

Na direção oposta, para bancar o Refis (parcelamento de dívidas tributárias) dos pequenos negócios, o governo pretende aumentar a tributação de bancos.

Em transmissão ao vivo, Bolsonaro já tinha demonstrado irritação com o tema do corte do IPI. Ele criticou o PROS por acionar a Justiça contra a medida e chamou o relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de "prezado ministro".

"O partido PROS está contra a redução de IPI de automóveis, motocicletas, produtos da linha branca. E está na mão do prezado ministro Alexandre de Moraes se vai mandar arquivar esse meu decreto ou vai dizer que está valendo. Se mandar arquivar - atenção, pessoal -, vai subir IPI de carros, motocicletas, geladeira, fogão", declarou o presidente, em transmissão ao vivo nas redes sociais.

O PROS foi ao STF por entender que o corte em vigor comprometia a existência da Zona Franca de Manaus, por reduzir o atrativo tributário na região.

Quando o governo promoveu o corte linear de 25% da alíquota do IPI, no final de fevereiro, os produtores instalados no polo amazonense criticaram a medida.

A pressão tinha surtido efeito, e o governo estava pronto para fazer a mudança, mas retrocedeu após a ação judicial.

BANCOS. Na direção contrária, o governo avalia aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos para compensar a renúncia tributária com o Refis do Simples aprovado pelo Congresso (o presidente vetou o texto, mas depois os parlamentares derrubaram o veto). Segundo apurou o Estadão, o aumento deve vigorar até o final de 2022.

Em março, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, criticou as tentativas em Brasília de elevar **impostos** para bancos e afirmou que o setor bancário brasileiro é o que mais paga **tributos** no mundo. "Mais imposto para banco pode até dar voto, mas é aumento de custo na veia para o tomador de crédito", afirmou Sidney.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crise é política, não da globalização

Por Maria Cristina Fernandes, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Bolsonaro troca ministros e defende ditadura militar

O governo federal anunciou ontem, em publicações no Diário Oficial da União, as exonerações de 10 ministros, que deixam os cargos para disputar as eleições deste ano. O prazo de desincom-patibilização definido pela Lei Eleitoral termina amanhã.

Uma cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, pela manhã, selou a **reforma ministerial** (confira quem entra e quem sai no quadro abaixo). No evento, Bolsonaro ignorou a história brasileira e, para defender a ditadura, disse que "nada" ocorreu em 31 de março de 1964, dia do golpe militar que derrubou o então presidente João Goulart e deu início ao regime de exceção. O golpe completou 58 anos ontem.

- 31 de março. O que aconteceu nesse dia? Nada. Nenhum presidente da República perdeu o mandato nesse dia - disse Bolsonaro. - Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu Cas-tello Branco presidente à luz da Constituição - acrescentou.

Bolsonaro elogiou obras do período militar e fez comparações entre a ditadura e o seu governo.

- O que seria da Amazônia sem Castello Branco, que criou a Zona Franca de Manaus? Todos aqui tinham direito, deputado (Daniel) Silveira, de ir e vir - afirmou o chefe do Executivo ao deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ), presente no evento e que está sob medidas restritivas do Supremo Tribunal Federal (STF) por atentai- contra a democracia (leia mais na página 8).

- A composição dos ministérios (na ditadura) era parecida com os meus ministérios - completou.

Ataques Em seguida, o presidente ampliou sua artilharia contra o STF. Mesmo sem citai" diretamente a Corte, Bolsonaro disse que não se pode "aceitar o que vem acontecendo passivamente".

- Temos inimigos, sim. São poucos, de todos nós no Brasil, e habitam essa região dos Três Poderes - declarou.

Daí retomou sua campanha pelo voto impresso ao pedir "transparência" nas urnas eletrônicas. O ataque ao STF ficou ainda mais claro quando defendeu Silveira. De acordo com Bolsonaro, o Brasil não vai

para frente porque alguns atrapalham.

- O que falta? Que alguns poucos não nos atrapalhem. Se não tem idéias, cale a boca! Bota a tua toga e fica aí sem encher o saco dos outros! Como atrapalham o Brasil - reclamou, completando: - Democracia e liberdade são batalha diária. (...) Não pode ter conselheiros ao teu lado dizendo o tempo todo: calma, calma, espera o momento oportuno. Calma é o cacete, pô.

As mudanças Agricultura: sai Tereza Cristina e entra Marcos Montes (secretário-executivo da pasta) Trabalho e Previdência: Onyx Lorenzoni deve disputar o governo do RS, e assume José Carlos Oliveira (presidente do **INSS**) Desenvolvimento Regional: sai Rogério Marinho, entra Daniel de Oliveira Duarte Ferreira (secretário-executivo) Turismo: Gilson Machado deixa o cargo, e assume Carlos Brito (presidente da Embratur) Infraestrutura: Tarcísio de Freitas sai e entra Marcelo Sampaio (secretário-executivo da pasta) Secretaria de Governo: Flávia Arruda é exonerada, e entra Célio Faria Jr. (chefe de gabinete do presidente Jair Bolsonaro) Mulher, Família e Direitos Humanos: sai Damares Alves e entra Cristiane Brito (secretária nacional de Políticas para Mulheres) Cidadania: sai João Roma, entra Ronaldo Bento, (chefe da assessoria de assuntos estratégicos) Ciência e Tecnologia: sai Marcos Pontes e entra Paulo Alvim (secretário de Inovação da pasta) Defesa: sai Walter Braga Netto, cotado para vice na chapa de reeleição de Bolsonaro, e entra Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (comandante do Exército) **TAMBÉM FORAM EXONERADOS ONTEM** Jorge Seif, da Secretaria de Aquicultura e Pesca Alexandre Ramagem Rodrigues, do cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Mário Frias, da Secretaria Especial de Cultura Sérgio Camargo, da presidência da Fundação Cultural Palmares Marco Antônio Freire Gomes, antes comandante de Operações Terrestres, que passa a comandante do Exército

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Troca de ministros vira exaltação a golpe de 1964

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Desemprego recua, mas a renda desaba, aponta IBGE



Em todo o país, a população desocupada somou 12 milhões de pessoas e o rendimento médio ficou em R\$ 2.511 mensais

Rosana Hessel e Roger Dias

A taxa de desemprego do trimestre móvel de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022 registrou queda de 0,4 ponto percentual em relação aos três meses anteriores, encerrados em novembro, passando de 11,6% para 11,2%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Esse é o menor percentual para o período desde 2016, quando o desemprego estava em 10,3%, mas o levantamento mostra um dado preocupante: o achatamento da renda do trabalhador, que está vendo o seu poder de compra encolher diante da **inflação** galopante e a precarização do mercado de trabalho. Conforme os dados do IBGE, o rendimento encolheu 8,8% no trimestre encerrado em fevereiro, na comparação com ao mesmo intervalo de 2021, passando de R\$ 2.752 para R\$ 2.511. Em relação ao trimestre encerrado em fevereiro de 2021, a queda na taxa de desocupação no Brasil foi maior, de 3,4 pontos percentuais, passando de 14,6% para 11,2%. O dado ficou abaixo das expectativas do mercado, que esperava uma taxa maior, de 11,4%. A situação se repete em Minas, embora a desocupação seja a menor desde 2015, mas também registrou recuo na renda.

A população desocupada somou 12 milhões de pessoas e apresentou queda de 3,1% (389 mil pessoas a menos) em relação ao trimestre anterior. Já o contingente de pessoas ocupadas foi estimado em aproximadamente 95,2 milhões, com estabilidade ante o trimestre anterior e alta de 9,1% (7,9 milhões de pessoas) em relação ao mesmo período do ano anterior. O contingente de desalentados ficou estável, somando 4,7 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego.

O percentual de pessoas ocupadas na população em

idade de trabalhar, estimado em 55,2%, apresentou estabilidade frente ao trimestre anterior e subiu 4,1 pontos percentuais ante igual trimestre do ano anterior (51,1%), conforme os dados do IBGE.

NO ESTADO O desemprego em Minas Gerais atingiu seu menor patamar desde 2015. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desocupação no estado no trimestre encerrado em fevereiro foi de 9,4%, totalizando 1,07 milhão de pessoas sem trabalho. A taxa em Minas foi inferior à média registrada no Brasil. Entretanto, o rendimento médio mensal recuou.

A desocupação apresentou queda de 0,7 ponto percentual no comparativo com o trimestre anterior e tem relação com número elevado de contratações no período de fim de ano. Até então, a menor taxa de desemprego havia sido 8,8%, no terceiro trimestre de 2015. Em relação ao quarto trimestre de 2020, houve recuo de 3,1 pontos percentuais. Naquele momento, o número de pessoas sem trabalho era de mais de 1,2 milhão.

Para a coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, a retração na taxa de desocupação reflete a tendência de queda observada nos últimos trimestres. "No trimestre encerrado em fevereiro, houve retração da população que buscava trabalho, o que já vinha acontecendo em trimestres anteriores. A diferença é que neste trimestre não se observou um crescimento significativo da população ocupada", afirma.

Enquanto isso, o percentual de pessoas ocupadas dentro da população com idade para trabalhar foi estimado em 58,6%, 0,9 ponto percentual a mais que no último levantamento. O número de pessoas ocupadas foi de 17,5 milhões, o que corresponde a 64,7%. O patamar se manteve estável em relação ao trimestre passado.

Apesar da queda da desocupação, o rendimento médio mensal recebido por mineiros acima de 14 anos foi de R\$ 2.220 no quarto trimestre, o que corresponde a uma queda de 2,71% no comparativo com o terceiro trimestre de 2021 e de 6,13% em relação ao quarto trimestre de 2020.

O rendimento médio dos mineiros na última pesquisa

do IBGE foi menor do que estados como Goiás (R\$ 2.396), Espírito Santo (R\$ 2.481), Mato Grosso do Sul (R\$ 2.572), Mato Grosso (R\$ 2.521), Paraná (R\$ 2.690), Rio Grande do Sul (R\$ 2.792), Santa Catarina (R\$ 2.823), Rio de Janeiro (R\$ 2.943) e São Paulo (R\$ 2.946).

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/04/2022/p1>

Gasolina aumenta 7% em março e vai a R\$ 7,32 na média nacional



O preço médio do litro da gasolina no país chegou a R\$ 7,323 nesta quinta-feira (31), o que representa um aumento de 6,9% no mês de março, segundo dados da empresa de gestão de frotas Tic-ket Log, que monitora cerca de 21 mil postos.

O álcool (etanol hidratado), que vinha apresentando quedas desde dezembro, também terminou março em alta (1,1%), com preço médio de R\$ 5,687 por litro.

O valor do litro dos combustíveis disparou em todo o Brasil após o mega-aumento anunciado pela Petrobras no último dia 10. O reajuste teve como pano de fundo a cotação do petróleo no mercado internacional, influenciada principalmente pela guerra na Ucrânia.

No dia 11, a estatal reajustou em 18,8% o preço da gasolina às distribuidoras, 24,9% o óleo diesel e 16,1% o gás de cozinha.

Para tentar conter o avanço, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou um projeto aprovado pelo congresso que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis e zerou o Imposto de Importação sobre o etanol que compõe a gasolina, mas as medidas não foram suficientes para fazer frente aos aumentos praticados pela Petrobras.

A insatisfação do governo com a política de preços da estatal em ano eleitoral, que pressiona ainda mais a **inflação**, levou ao anúncio da troca na presidência da Petrobras.

De acordo com o levantamento da Ticket Log, todas as regiões registraram alta no preço da gasolina em março. O Nordeste já tinha, no início do mês, a gasolina mais cara (R\$ 6,887) e segue no topo do

ranking (R\$ 7,461), com o maior aumento percentual (8,33%).

O Sul tem a gasolina com o menor preço médio, de R\$ 6,93, e registrou alta de 5,96% no valor do combustível no mês de março mostra o levantamento.

O preço do etanol ficou maior em todas as regiões brasileiras, com exceção do Sul, onde apresentou baixa de 0,12% no litro. O maior valor médio foi registrado no Norte, a R\$ 6,057, com alta

Segundo o índice de preços da Ticket Log, vale a pena abastecer com álcool em vez de gasolina em seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná.

Petrobras alerta que política de preços pode mudar
são paulo A Petrobras alertou investidores de que sua política de preços de combustíveis pode mudar no futuro, destacando declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) nesse sentido. O aviso consta em documento depositado nesta quarta-feira (30) junto à SEC (Securities and Exchange Commission), órgão regulador do mercado de capitais nos EUA.

"No futuro, podem ocorrer momentos em que os preços de nossos produtos não estarão em paridade com os preços internacionais dos produtos. Ações e legislação impostas pelo governo brasileiro, enquanto nosso acionista controlador, podem afetar essas decisões de preço", afirma a estatal no texto que integra a prestação de contas anual da companhia.

A disputa em torno dos preços dos combustíveis motivou a demissão do presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, por Bolsonaro nesta segunda. Gasolina, diesel e gás estão entre os itens com maior peso na **inflação**, problema que preocupou Planalto em ano eleitoral.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta semana mostra que, para a maioria dos brasileiros (68%), o governo de Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis.

Em quase um ano da gestão de Silva e Luna, a gasolina subiu 27% e o diesel, 47%. O botijão de gás subiu 27% e o GNV (gás veicular), 44%.

No documento enviado à SEC, chamado de formulário 20-F, a Petrobras afirma que "o presidente brasileiro fez, algumas vezes, declarações referentes à necessidade de modificar e ajustar nossa política de preços para condições domésticas".

"Diante das manifestações feitas pelo presidente, uma nova diretoria ou Conselho de Administração pode propor mudanças nas nossas políticas de preços, incluindo decidir que essas políticas não busquem alinhamento com a paridade de preço internacional", informa o documento.

A Petrobras destaca que decisões tomadas pelo governo podem afetar negativamente seus negócios, resultados e condições financeiras.

Não é a primeira vez que a estatal faz esse tipo de alerta à SEC. No formulário 20-F depositado pela companhia no ano passado, a Petrobras já havia destacado que sua política de preços poderia mudar diante de declarações feitas pelo presidente brasileiro, um novo CEO - à época, a estatal também vivia uma troca de comando, com a substituição de Roberto Castello Branco por Luna-, uma nova diretoria ou um novo Conselho de Administração.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>

Biden ordena liberação inédita de estoques de petróleo

WASHINGTON | REUTERS E AFP O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, lançou nesta quinta (31) a maior liberação de todos os tempos da reserva emergencial de petróleo americano e desafiou as companhias petrolíferas a perfurar mais na tentativa de reduzir os preços da gasolina que dispararam durante a guerra da Rússia com a Ucrânia.

O anúncio vem como parte de um amplo esforço de Biden para combater a **inflação** que prejudicou os consumidores dos EUA e ameaça os colegas democratas de Biden, que buscam manter o contro - le do Congresso nas eleições de novembro.

A partir de maio, os Estados Unidos vão liberar 1 milhão de barris por dia (bpd) de petróleo, ao longo de seis meses, da Reserva Estratégica de Petróleo (SPR).

"Este é um momento de consequências e perigo para o mundo, e de dor nas bombas [nos postos de gasolina] para as famílias americanas", disse Biden em um evento na Casa Branca.

A liberação de 180 milhões de barris de Biden equivale a cerca de dois dias de demanda global e marca a terceira vez que Washington recorre à SPR nos últimos seis meses.

A quantidade liberada equivaleria a aumentar a oferta mundial em cerca de 1%. A co - tação do petróleo despencou após as primeiras informações sobre o plano americano.

Biden também pediu às empresas petrolíferas dos EUA que perfurassem mais e aumentassem a produção de veículos elétricos e baterias.

A liberação de petróleo dos EUA diminuirá os usos anteriores de reservas estratégicas anunciadas por Biden simultaneamente com outros países em iº de março, após a invasão russa, e também no ano passado, em resposta ao aumento da **inflação**.

Lutando contra dados ruins nas pesquisas e com eleições legislativas em que a oposição desponta como favorita para retomar o controle do Congresso, a Casa Branca tenta mostrar que Biden tem uma solução para um problema nascido na pandemia e ampliado pela guerra na Ucrânia.

Apesar de uma economia em recuperação e do controle da pandemia, Biden recebe pouco crédito dos eleitores, que o culpam pelo aumento dos preços em todos os lugares, do supermercado às concessionárias de automóveis.

Os preços da gasolina nos EUA estão atualmente em média de US\$ 4,23 por galão, 47% acima de um ano atrás.

Os preços do petróleo bruto chegaram a quase US\$ 140 em março devido a preocupações com a Rússia, um dos maiores produtores mundiais, que lançou uma invasão da Ucrânia e que tem sido alvo de várias sanções internacionais.

Os preços caíram um pouco desde que os EUA proibiram as importações russas em 8 de março, mas ficaram em torno de US\$ 100 desde então.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>

Com inflação de 121%, cenoura é o novo tomate



Thiago Bethônico

Em abril de 2013, o tomate virou meme na internet após o preço da hortaliça disparar no mercado. Nove anos depois, a salada do brasileiro continua cara, mas com um novo vilão: a cenoura.

Quem faz a feira hoje precisa pagar mais que o dobro para comprar a mesma quantidade que levava para casa um ano atrás. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a cenoura acumula alta de 121,64% nos últimos 12 meses, sendo que, só em março, o valor do legume subiu 45,65% em relação ao mês anterior.

Em alguns lugares, o quilo da hortaliça chegou a quase R\$ 20, gerando diversos memes nas redes.

A disparada nos preços foi causada, principalmente, pelas fortes chuvas que atingiram importantes regiões produtoras no início do ano, gerando perdas e, consequentemente, uma escassez na oferta.

"Quando chove muito, os produtores têm dificuldades em entrar com maquinário nas lavouras, e foi justamente o que aconteceu neste ano", explica Marina Marangon, pesquisadora do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Segundo ela, o clima de fevereiro fez com que os produtores não conseguissem plantar nem colher direito, pressionando a oferta nos meses seguintes. "O impacto não é só imediato. Tanto que março não foi um dos meses mais chuvosos, mas refletiu o que aconteceu antes", diz.

São Gotardo (MG), por exemplo, sofreu com chuvas muito acima da média. Por ser a principal região produtora de cenouras do país, os prejuízos na safra

dificultaram o abastecimento em nível nacional.

Outro motivo para a **inflação** da cenoura são os investimentos no campo. Segundo Marangon, muitos produtores acabaram reduzindo o investimento em área plantada para 2022 e 2023 em função da boa safra obtida no ano passado.

"Em 2021, o clima foi diferente -mais seco no início-, o que favoreceu a produção e gerou excesso de oferta", afirma.

De acordo com o Cepea, a cenoura atingiu o maior valor desde o início da série histórica, em 2008. Embora a variação no preço do alimento seja a mais brusca, outras hortaliças também sofreram o baque do clima dos últimos meses.

Das 15 maiores altas medidas pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) em março, 14 subitens são legumes, verduras ou frutas. A exceção é o perfume, em 12º lugar, com uma variação de 12,84% em relação ao mês anterior.

Marangon explica que, durante o verão, é comum que a oferta desses alimentos seja menor em função do excesso de umidade e das temperaturas altas. "As hortaliças acabam sendo mais afetadas e temos preços mais altos nesse período", diz. "Como choveu bastante no começo do ano, isso acabou afetando mais", acrescenta.

Segundo a pesquisadora, o preço da cenoura já atingiu um patamar bastante alto, e dificilmente sofrerá novos aumentos. No entanto, a previsão é de que ele se mantenha num nível elevado, pois os reflexos das chuvas devem demorar a desaparecer.

"As cenouras que estão para serem colhidas foram afetadas. Apesar de uma melhora [no clima], podemos ver buracos [na oferta] em função de os produtores não terem conseguido plantar por conta da chuva em excesso", afirma.

"Toda essa safra que vai até junho pode ter sido impactada pelo que aconteceu em fevereiro."

Na internet, pessoas manifestaram indignação com o preço da cenoura de diversas formas. Alguns aproveitaram para responsabilizar o governo pela

inflação e demonstrar preocupação com a população mais pobre.

Outros desabafaram através do humor. A apresentadora Ana Maria Braga usou um colar para "protestar contra os preços abusivos".

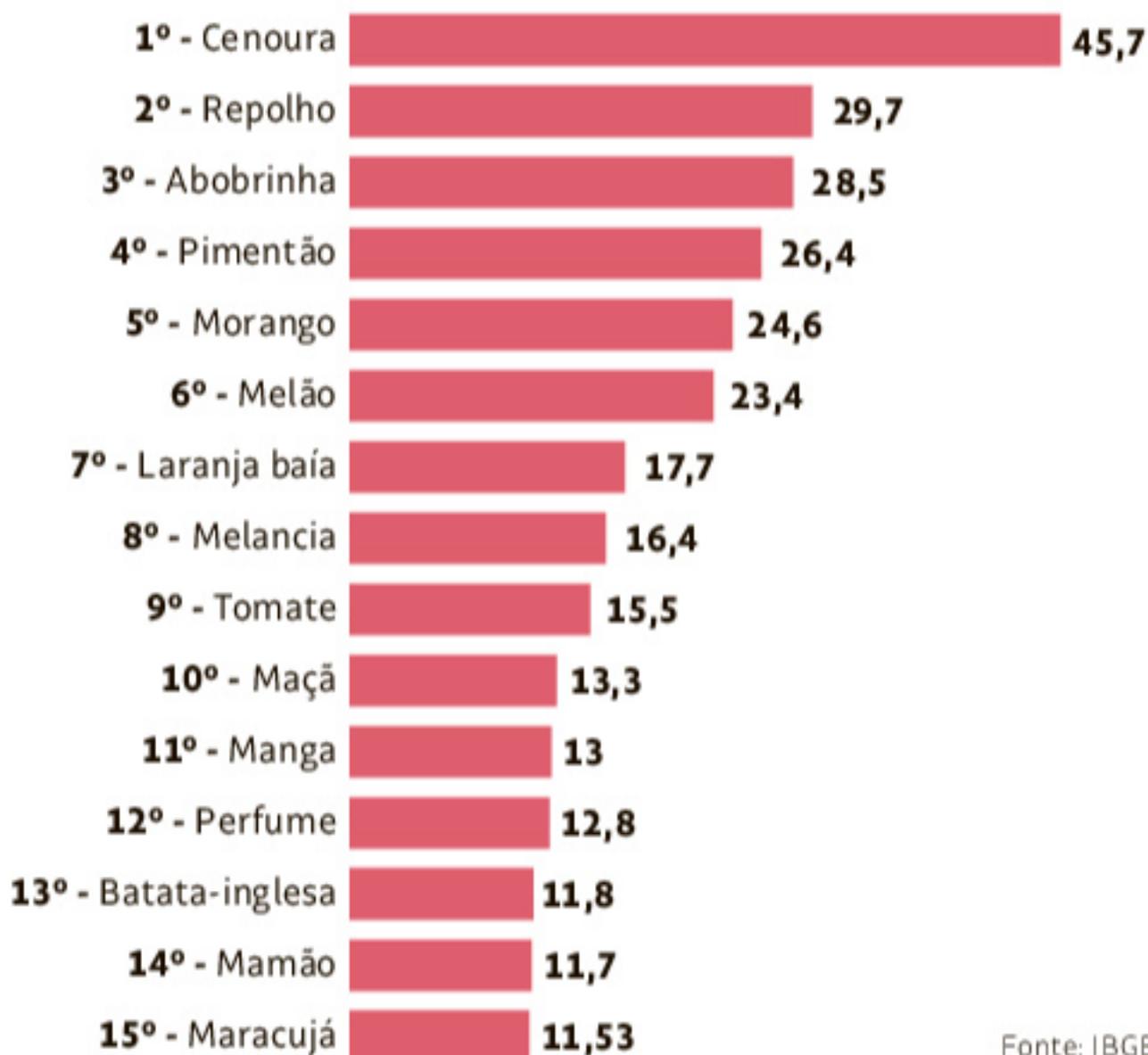
No Twitter, alguns internautas também demonstraram preocupação com o coelhinho da Páscoa e relataram saudades do bolo de cenoura.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>

Produtos com maior inflação em março

Varição de preço em relação ao mês anterior
Em %



Fonte: IBGE

Veja dicas para economizar na compra de remédios

Filipe Andretta

Os remédios devem ficar mais caros para os consumidores nos próximos dias, em razão do reajuste de 10,89% no valor dos medicamentos, que deve começar a valer no mês de abril. Para economizar, a indústria farmacêutica e o Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) recomendam recorrer ao Programa Farmácia Popular ou seguir algumas orientações básicas -como fazer pesquisa de preços e trocar a marca de referência por genéricos.

Uma vez por ano, a Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) divulga uma lista com o preço máximo de medicamento nas indústrias e no varejo. O cálculo para atualizar os valores leva em consideração a inflação acumulada em 12 meses até fevereiro e custos específicos da indústria farmacêutica (como energia, câmbio e matérias-primas).

A Câmara de Medicamentos divulgou nesta terça-feira (29) que o valor máximo deverá ser reajustado em 10,89%. No entanto, o aumento precisa ser confirmado pelo governo federal, em publicação no Diário Oficial da União.

A nova tabela de preços levará alguns dias para ser publicadas, mas as fábricas e farmácias já se preparam para aumentar os medicamentos até o limite permitido pelo governo.

Fontes da indústria farmacêutica afirmam que o novo valor máximo só deve entrar em vigor na metade de abril. Mesmo assim, medicamentos que eram vendidos abaixo do limite atual podem ser reajustados desde já, antecipando parte da elevação.

Nos anos anteriores, a Cmed aprovava três níveis de reajuste, conforme o tipo de medicamento e a competitividade das marcas no mercado. Para 2022, não haverá esta distinção -ou seja, mesmo os medicamentos mais caros poderão ter o preço máximo reajustado em até 10,89%, o que significa um impacto ainda maior para o consumidor.

Veja a seguir algumas dicas para economizar com medicamentos, segundo o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) e a Proteste.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49867&anchor=6453232&pd=9efaa57c42cf5ca7c8f0d5625849f4e8>



Dicas para economizar

Veja se o remédio existe no programa Farmácia Popular

Se você tem hipertensão, diabetes ou asma, pode conseguir remédios de graça nas redes credenciadas do Aqui tem Farmácia Popular

Pesquise preços

Procure o medicamento em diferentes farmácias. Outra opção é usar comparadores online de preços de remédios

Considere entrar para programas de fidelidade

Programas de fidelidade são aceitos em muitas farmácias

Veja se há desconto para a profissão ou plano de saúde

Se você é vinculado a um sindicato, veja se há parceria com alguma rede

Dê preferência aos genéricos

Peça para seu médico fazer a prescrição pelo nome do princípio ativo, e não pelo nome comercial

A indignidade da fome (Editorial)

No extenso rol de atribuições de um presidente da República, que vão muito além daquelas descritas formalmente no texto constitucional, nenhuma é mais importante do que dotar o País das condições mínimas para que seus governados tenham uma vida digna. No fim do dia, a missão precípua do chefe do Poder Executivo é essa. Todas as políticas públicas de qualquer governo responsável deveriam ser orientadas primordialmente por esse norte moral.

Mas o direito a uma vida digna tem sido sonogado a milhões de brasileiros.

Em pleno século 21, o patrimonialismo, hoje materializado em "rachadinhas" e "orçamentos secretos", segue como o dínamo de um sistema político que deveria assegurar aquele direito básico, impedindo que o Brasil consiga, enfim, livrar-se dos grilhões do passado.

Enquanto isso, a brutal desigualdade entre os cidadãos e uma permanente sensação de injustiça social se fazem sentir por um número cada vez maior de brasileiros.

O que pode ser mais indigno do que a dor da fome? Qualquer governante minimamente compassivo deveria perder o sono sabendo que muitos de seus governados não têm o que comer. Já se noticiou que o presidente Jair Bolsonaro não dorme bem, mas as causas de sua insônia provavelmente são outras. Com um arremedo de programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil, Bolsonaro apenas finge que ataca o problema da fome.

Uma recente pesquisa do Datafolha revelou que 23% dos brasileiros vivem em domicílios atendidos pelo programa lançado pelo governo no fim do ano passado como substituto do Bolsa Família, marca fortemente ligada ao PT, e do auxílio emergencial, que socorreu os desvalidos nos momentos mais dramáticos da pandemia de covid-19. O maior número de beneficiários do Auxílio Brasil está concentrado na Região Nordeste.

Lá, 37% dos entrevistados pelo instituto de pesquisa disseram pertencer a famílias atendidas pelo programa.

Um dado da pesquisa revela o grau de improviso na concepção do Auxílio Brasil - uma cartada meramente eleitoral - e a falta de condições estruturais para que os brasileiros mais pobres, de fato, tenham condições

de melhorar de vida.

Para a grande maioria dos entrevistados (68%), o valor do benefício é insuficiente para a subsistência. Apenas 29% consideram os cerca de R\$ 400 suficientes.

Entre os que pertencem ao estrato mais pobre da população (com renda mensal familiar de até dois salários mínimos), a insatisfação com o Auxílio Brasil é ainda maior: 71% estão descontentes com o que recebem. E não estão descontentes simplesmente porque querem mais e mais dinheiro do Estado. Estão descontentes porque o valor que recebem é corroído por uma **inflação** renitente e, de fato, não basta para garantir comida na mesa durante todos os dias do mês.

Segundo o Datafolha, entre os brasileiros mais pobres que recebem o Auxílio Brasil, 35% afirmaram não ter comida suficiente em casa para satisfazer as necessidades da família. Considerando o total da população, são 24% os brasileiros nessa condição de insegurança alimentar - um contingente de cerca de 50 milhões de pessoas. O problema aflige principalmente as famílias da Região Nordeste (32%). Nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, 23% das famílias se disseram afetadas, e na Região Sul, 18%.

Um programa social tão mal-ajambrado decorre fundamentalmente da má concepção que Bolsonaro faz do que seja governar. O presidente jamais esteve interessado em melhorar a vida de seus governados e entregar a um eventual sucessor um país melhor do que aquele que recebeu. Bolsonaro só tem olhos para o seu projeto de poder e para a proteção dos seus familiares e aliados.

Tudo que diz ou faz gira em torno desse desiderato.

Sobre a mesa de trabalho do próximo presidente - que, para o bem do Brasil, não haverá de ser Bolsonaro - estará, entre muitos outros, o grave problema da insegurança alimentar que, hoje, assola um em cada quatro brasileiros. O atual mandatário jamais se esforçou para formular uma política eficaz de transferência de renda. No máximo, buscou emular sua nêmesis, Lula da Silva, na formação de uma legião de cativos de projetos assistencialistas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Proporção de endividados chega a 77,5% em março



VINICIUS NEDER

A proporção de brasileiros com dívidas cresceu para 77,5% em março, ante 76,6% em fevereiro, informou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao divulgar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). A proporção de endividados está em nível recorde: 10,3 pontos percentuais acima do patamar registrado em março de 2021.

A corrosão dos orçamentos domésticos, por causa da **inflação**, pode estar por trás do movimento, com as famílias buscando crédito para fechar as contas, sustenta a nota divulgada pela CNC. O número de endividados cresceu, mesmo diante das taxas de juros mais elevadas, por causa do ciclo de aperto da política monetária, iniciado em março de 2021 pelo Banco Central (BC).

Como considera todos os tipos de dívida, inclusive o uso de cartão de crédito, o crescimento do endividamento na Peic não seria necessariamente negativo. Em períodos de crescimento econômico, pode sinalizar crescimento do crédito e da demanda.

No quadro atual, porém, o aumento do endividamento vem acompanhado de avanço da inadimplência. Em março, a proporção de famílias com dívidas ou contas em atraso também alcançou o maior patamar da série

histórica da Peic, em 2,8%, alta de 0,8 ponto ante fevereiro e um salto de 3,4 pontos ante março de 2021.

Além disso, a parcela de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, "permanecerão inadimplentes", também subiu, para 10,8% - ante 10,5% em fevereiro.

Salto O resultado, em nível recorde, representa um aumento de 10,3 pontos percentuais em um ano

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes prevê alta do PIB e menos inflação que nos EUA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180

Leite vai a Brasília e planeja estrutura em São Paulo

***Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Andréa Jubé De
Porto Alegre e Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Moro filia-se ao União Brasil e provoca divisão

*Raphael Di Cunto, Isadora Peron, Marcelo Ribeiro e
André Guilherme Vieira De Brasília e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187180?page=18§ion=1